



Novo calendário prevê votação da LDO 2018 antes do recesso

A nova data, divulgada ontem pela Comissão Mista de Orçamento, estipula a votação até 13 de julho, antecipando previsão inicial de agosto

A Comissão Mista de Orçamento anunciou ontem que deve votar o relatório final da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018 até 13 de julho, antecipando prazo inicialmente previsto para agosto. Em seguida, o projeto poderá ser votado pelo Congresso. Para o presidente da CMO, Dário Berger, o grande desafio será organizar o Orçamento sob a vigência do teto de gastos públicos. O senador disse que trabalhará para que a peça orçamentária seja realista e exequível, de modo a não frustrar expectativas. Terça-feira a CMO ouvirá o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira. **3**



Presidente da Comissão Mista de Orçamento, o senador Dário Berger (C) resalta o desafio de respeitar o teto de gastos públicos recentemente incluído na Constituição

Marcos Oliveira/Agência Senado — 16/5/2017



Collor (D), na Comissão de Relações Exteriores, ouve o general Villas Bôas (C)

Orçamento restrito afeta novos projetos, lamenta Exército

O comandante do Exército, general Villas Bôas, disse que, para não ter os novos projetos comprometidos, a Força precisaria de R\$ 2 bilhões anuais, mas os repasses previstos em 2017 são de R\$ 767 milhões, um terço do neces-

sário, o que cobre apenas o custeio. Ele também advertiu que faltam projetos para aproveitar todo o potencial de recursos naturais da Amazônia. Desenvolvimento, disse, é o caminho para preservação ambiental da região. **4**

Geraldo Magela/Agência Senado

Debate: há racismo contra mulher no sistema de saúde

O racismo foi debatido ontem pelo projeto Pauta Feminina, iniciativa da Procuradoria da Mulher do Senado. Uma usuária do SUS relatou as dificuldades que passou até conseguir fazer uma cirurgia de reconstrução

mamária. Para ela, sua condição de mulher negra e pobre foi decisiva na demora. Representantes do Ministério da Saúde, da Secretaria Especial da Igualdade Racial e do Ministério Público também participaram. **2**



Procuradora da Mulher, Vanessa (C) diz que tratamento deve ser igualitário

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Braga apresenta voto contrário à reforma trabalhista

Eduardo Braga apresentou na Comissão de Constituição e Justiça um voto em separado contra a reforma trabalhista. Ele aponta violações constitucionais na proposta. **3**

Rádios comunitárias pedem política de financiamento

Para a sobrevivência e a expansão da rede, debatedores defenderam, em audiência ontem, liberação de publicidade e financiamento específico para as rádios comunitárias. **2**

Magistrados querem mais rigidez na Previdência

Representantes do Poder Judiciário e da OAB se manifestaram contrários à reforma da Previdência, ontem, em audiência na CPI que investiga o setor. Para eles, é

preciso tornar mais rígida a legislação em relação ao parcelamento de dívidas com a Previdência, melhorar a gestão das contribuições e torná-la mais transparente. **3**



Em CPI, Hélio José (2º à esq.) e Paulo Paim (C) ouvem juízes e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil

Pedro Franco/Agência Senado



Reque Sfr/Agência Senado

A cúpula do Senado ficou iluminada de azul, ontem e anteontem, em homenagem à luta contra a esclerose lateral amiotrófica (ELA), doença progressiva neuromuscular que atinge 12 mil pessoas no Brasil. A iluminação foi solicitada por Romário (PSB-RJ), autor do projeto que cria o Dia Nacional de Luta contra a ELA, a ser celebrado em 21 de junho. O texto, já aprovado no Congresso, aguarda sanção.

Rádios comunitárias pedem mais financiamento e canais

Representantes das emissoras defenderam, em audiência na Comissão Senado do Futuro realizada ontem, que seja aprovado projeto de lei que autoriza a publicidade do pequeno comércio local

A REGULAMENTAÇÃO DA publicidade e uma política de financiamento foram sugeridas como forma de garantir a sobrevivência e a expansão das rádios comunitárias no Brasil, em audiência na Comissão Senado do Futuro (CSF).

Com o avanço da tecnologia digital, o futuro das rádios comunitárias é incerto. Elas fazem um serviço de radiodifusão em FM e baixa potência (25 watts). Muitas dessas emissoras estavam ameaçadas de fechamento, mas foram mantidas devido à aprovação da MP 747/2016, que permitiu a renovação de outorgas para emissoras com concessões vencidas, disse Hélio José (PMDB-DF), presidente da CSF.

— A MP salvou 1,3 mil rádios comunitárias de serem totalmente lacradas — lembrou.

O diretor da TV Comunitária do DF, Paulo Miranda, defendeu a aprovação do projeto (PLS 27/2016), de Hélio José, que altera a lei que proíbe a publicidade comercial e institucional nas emissoras comunitárias e educativas.



Hélio José (3º à dir.) preside debate sobre futuro da radiodifusão comunitária

O coordenador-geral da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço-DF), Ronaldo Martins reivindicou que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) permita mais canais para resolver o problema de “sombreamento”, a sobreposição de sinais. Ele também solicitou ao Ministério da Ciência e Tecnologia que abra editais para novas rádios, sem descuidar das 5 mil já existentes.

O chefe da Assessoria Técnica da Anatel, Marcus Vinicius Palucci, lembrou que à agência compete apenas a fiscalização, sem poder de regulação sobre a publicidade. Ele informou

que foram interrompidas 96 ações de radiodifusão, mas que são fechadas apenas as rádios sem outorga, e explicou que a legislação disponibiliza apenas um canal por área.

O diretor de Radiodifusão Educativa do ministério, Samir Granja, destacou que houve desburocratização, celeridade nos processos de outorgas (até seis meses) e o fim da exigência de um novo projeto técnico na renovação das concessões.

— O governo ainda ampliou o conceito de “apoio cultural” proibindo apenas a divulgação de preços e condições de pagamento. Mais do que isso, só com mudança da lei.

Pauta Feminina apresenta denúncia de racismo

Usuária do Sistema Único de Saúde (SUS), Valmira Costa relatou ontem, em audiência na Procuradoria Especial da Mulher do Senado, sua saga para tratar um câncer de mama no sistema público. O debate teve como tema o racismo institucional no atendimento à mulher na área de saúde.

— Como mulher, negra e pobre, senti na pele tudo isso. Minha saga começou no dia 15 de janeiro, mas eu só fiz a cirurgia no dia 22 de novembro. E a reconstrução do seio, quase cinco anos depois. Você não se enxerga como mulher quando falta um pedaço seu.

A falta de atendimento humanizado foi corroborado pela representante da Secretaria Especial de Políticas e Pro-



Procuradora da mulher no Senado, Vanessa Grazziotin (C) coordena audiência

moção da Igualdade Racial, Gabriela Cruz.

— Às vezes, as mulheres negras acabam buscando em sua ancestralidade, nos espaços de terreiro, a cura para males em sua saúde física e mental.

Após revelar que o índice de mortalidade materna lidera entre as mulheres negras (60%), a promotora Liz-Elainne de

Silvério atrelou a perpetuação do racismo institucional à falta de representatividade de etnias minoritárias.

A procuradora especial da mulher do Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), afirmou que ninguém pode ser tratado de forma diferenciada.

— Isso vai contra convenções internacionais e a Constituição.

Cristovam: esquerda deve apegar-se mais a projetos de sociedade do que a siglas

A crise da esquerda se deve ao fato de a social-democracia não representar mais o “novo” na sociedade, disse Cristovam Buarque



Roque de Sá/Agência Senado

O senador afirmou que o campo ideológico da

esquerda precisa evoluir, apegar-se mais a projetos de sociedade do que a siglas. Também deve defender mais sonhos do que sindicatos e mais revoluções do que reivindicações, disse.

Para ouvir a sociedade, Gurgacz defende antecipação das eleições gerais de 2018

Acir Gurgacz (PDT-RO) defendeu a antecipação das eleições de 2018 “para dar à sociedade o poder de decidir o que quer para o país”.

Na opinião do senador, só assim será possível superar a

crises “desde que os derrotados das eleições de 2014 não aceitaram o resultado”.

— Se nós estamos indignados, imaginem quem perdeu o emprego e não consegue levar comida para casa.

Medeiros quer urgência em dragagem da Hidrovia do Paraguai, em Mato Grosso

A Hidrovia do Paraguai poderia ser mais bem aproveitada no transporte de cargas, disse José Medeiros (PSD-MT).



Roque de Sá/Agência Senado

O senador afirmou que um trecho da hidrovia precisa

ser dragado todos os anos, mas a obra só pode ser executada quando o Dnit tiver a autorização ambiental. Ele também

pediu mais investimento em hidrovias em Mato Grosso.

Segundo Paim, base do governo vota “constrangida” nas reformas propostas

As reformas são “violentas” e mesmo as lideranças não estão confortáveis com elas, disse Paulo Paim (PT-RS). Para o senador, a base do governo está “constrangida” por

votar a favor das propostas. — O relator [Ricardo Ferraço (PSDB-ES)] não defende. O líder [Romero Jucá (PMDB-RR)] é obrigado a encaminhar por obrigação de ofício.

Randolfe Rodrigues critica papel do BNDES em recuperação de empresa no Vale do Jari

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) pediu atenção ao papel do BNDES na recuperação da Jari Celulose, na divisa entre o Pará e o Amapá.



Ano Volpke/Agência Senado

O BNDES, disse, concedeu empréstimo, mas exigiu a

preservação dos empregos. Porém, em visita ao Vale do Jari, o senador verificou que empresa terceirizada da Jari Celulose demitiu mais de 400 trabalhadores sem pagar direitos trabalhistas.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Sessão destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

LDO 2018 deve ser votada antes do recesso

Data prevista para votação final do relatório da Lei de Diretrizes Orçamentárias passa de agosto para 13 de julho, segundo novo calendário anunciado na Comissão de Orçamento

NOVO CALENDÁRIO PARA análise do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2018, divulgado ontem pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), prevê a votação do relatório final até o dia 13 — cinco dias antes do início do recesso parlamentar, que ocorre anualmente de 18 a 31 de julho.

O cronograma altera o que havia sido divulgado no início da semana pelo relator da LDO 2018, deputado Marcus Pesta-

na (PSDB-MG), com previsão de finalizar a votação somente em agosto.

A CMO, segundo seu presidente, senador Dário Berger (PMDB-SC), terá como desafio este ano elaborar a peça orçamentária com teto para os gastos públicos, estabelecido pela Emenda Constitucional 95. Na quarta-feira, Berger prometeu trabalhar com transparência nas contas públicas e construir a peça orçamentária mais rea-

lista possível e exequível, para não criar falsas expectativas no mercado e frustrações na sociedade, principalmente nas famílias mais carentes.

Ministro

Os trabalhos da CMO começam na terça-feira, a partir das 14h, com audiência pública para ouvir o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, sobre o projeto da LDO de 2018. No mesmo dia, o relator deve apresentar o

relatório preliminar, que deve ser votado na quinta-feira.

Deputados e senadores terão de 30 de junho a 5 de julho para apresentar emendas ao projeto. O relatório final será publicado até dia 10 de julho e a votação do texto com as emendas pela CMO deve ocorrer até dia 13 de julho. Depois a proposta segue para a Mesa do Congresso, que agendará sessão para a votação final.

Após a audiência com o mi-

nistro do Planejamento, a CMO promove reunião para eleger os três vice-presidentes e indicar os relatores setoriais da Lei Orçamentária Anual (LOA), além de analisar a correção de erros na lei orçamentária de 2017.

A expectativa é que a audiência com o ministro aborde as prioridades para o próximo ano, receita e despesa, resultado primário e nominal, dívida pública e critérios para distribuição de recursos.

Braga apresenta voto contra projeto da reforma trabalhista

O senador Eduardo Braga (PMDB-AM) apresentou o primeiro voto em separado (relatório alternativo) contra a reforma trabalhista na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A votação do projeto (PLC 38/2017) na comissão está prevista para quarta-feira. Para que o voto em separado seja submetido a votação, os senadores precisariam rejeitar o voto do relator na CCJ, Romero Jucá (PMDB-RR). Líder do governo no Senado, Jucá defende o texto aprovado pelos deputados.

No relatório alternativo, Braga diz que a reforma fere a Constituição, a legislação trabalhista e o Regimento Interno do Senado. Ele critica a pressa para a aprovação da proposta.

O PLC 38/2017 recebeu 678 emendas nas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Assuntos Sociais (CAS) e na CCJ. Mas nenhuma emenda foi aceita pelos relatores Ricardo Ferraço (PSDB-ES) e Jucá.

Para Braga, o texto do jeito que está provoca um desequilíbrio nas relações entre empregadores e empregados, com a “completa submissão do



Para Braga, texto atual desequilibra a relação entre patrões e empregados

trabalhador aos interesses do empresariado”:

— Em que pesem as inúmeras sugestões enviadas pelas diversas representações dos trabalhadores e da sociedade civil, não houve nenhuma alteração do conteúdo do projeto de lei em exame, como se ele refletisse os anseios de patrões e empregados — disse.

O senador apresentou 16 emendas ao texto, todas rejeitadas. Segundo ele, eram tentativas de sanar violações à Constituição. No voto em separado, Braga lista sete violações.

A primeira delas é o conceito de grupo econômico.

Pela regra atual, uma empresa que controla outras é solidariamente responsável pelas relações trabalhistas de cada subordinada, mesmo que atuem em setores diferentes. Com a reforma, a controladora só será responsável solidária se atuar em conjunto com as subordinadas. Para Braga, a alteração enfraquece a proteção do trabalhador.

O senador critica ainda uma mudança que dificulta o questionamento judicial de negociações coletivas. Pela regra atual, a Justiça do Trabalho pode rever o mérito de acordos e convenções

firmadas entre trabalhadores e patrões se constatar que há prejuízo para uma das partes. O PLC restringe a atuação da Justiça a aspectos formais. Braga argumenta que cabe ao Judiciário, por determinação constitucional, avaliar se a negociação coletiva atinge o escopo para o qual foi criada.

Insalubridade

O senador também questiona o tratamento a trabalhadoras que estejam grávidas ou amamentando. Segundo a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), elas devem ser afastadas de atividades ou locais considerados insalubres. A reforma permite a atividade insalubre em grau médio ou mínimo, a não ser que a mulher apresente um atestado médico recomendando o afastamento.

Braga pondera que, premida pela necessidade de manutenção do emprego, ainda mais após virar mãe, a trabalhadora aceitará trabalhar em atividades insalubres, “bastando para isso a existência de um atestado médico, possivelmente emitido pelo médico da empresa”.

Outra crítica do senador é à figura do “autônomo exclusivo”. A reforma permite que um trabalhador seja contratado como pessoa jurídica em qualquer área de uma empresa. Mas, mesmo que ele preste serviços a apenas um contratante, não há vínculo empregatício.

Braga também questiona o trabalho intermitente. Em vez de salário fixo no final do mês, o empregado só receberia o pagamento pelas horas trabalhadas. O empregado fica permanentemente à disposição do empregador, sem a garantia de perceber qualquer remuneração durante toda a duração do pacto laboral”, diz.

Ainda de acordo com o voto em separado, a reforma enfraquece a participação dos sindicatos na representação dos trabalhadores. O projeto autoriza a eleição de um empregado para negociar diretamente com os patrões nas empresas com mais de 200 funcionários, mas impede que o sindicato da categoria interfira no processo eleitoral. O senador também critica a redução do intervalo de almoço de uma para meia hora.

Magistrados defendem melhor gestão da Previdência Social

É preciso mudar a legislação em relação ao parcelamento de dívidas com a Previdência e melhorar a gestão das contribuições, disseram representantes do Poder Judiciário e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na CPI da Previdência. No entanto, eles se manifestaram contrários à reforma do setor proposta pelo governo. O relator da CPI, Hélio José (PMDB-DF), disse que tem sido pressionado a atender os interesses do governo na comissão, mas assegurou que não se submeterá ao “balcão de negócios”.

— Nosso compromisso é com a verdade. É demonstrar e desmascarar essa conta fascista que está sendo colocada, querendo somar regime próprio social com Regime Geral da

Previdência — afirmou.

A juíza do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF 3) Vanessa Vieira de Melo afirmou que o problema da Previdência é a retirada de valores para o pagamento de juros da dívida ativa. Segundo ela, atualmente 30% dos recursos pagos para a Previdência não vão para o pagamento de aposentadorias e benefícios e não fica claro como são aplicados.

— Há toda uma campanha na sociedade de desinformação e de lesão àqueles que trabalham e que sustentam esse regime previdenciário — afirmou.

O juiz do TRF 5 Flávio Ferreira de Lima afirmou que é preciso melhorar a legislação, “talvez por lei complementar em vez de lei ordinária”, para que a arrecadação ocorra de



Vanessa Vieira de Mello, Hélio José, Paulo Paim, Flávio Ferreira de Lima e Manuel de Medeiros Dantas na CPI da Previdência

forma mais regular, intensa e de acordo com a capacidade dos agentes econômicos.

— O empresário que não quer pagar, mesmo tendo capacidade econômica, não recolhe porque daqui a pouco vem um Refis, um parcelamento. E aquele que paga tem dificuldade de competir — sugeriu.

Para o presidente da Associação dos Magistrados do Distrito Federal, Fábio Esteves, o Brasil

já mostrou ter maturidade para que os cidadãos participem do processo legislativo, e a CPI será relevante por mostrar à sociedade a situação da Previdência.

Na opinião do representante da OAB-DF Manoel de Medeiros Dantas, que já foi procurador do INSS, é preciso uma melhoria nos processos administrativos do instituto para evitar a judicialização de problemas dos segurados.

O presidente da CPI, Paulo Paim (PT-RS), e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacaram que 100 milhões de pessoas serão prejudicadas com a reforma da Previdência, segundo dados do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP).

— Deputados e senadores, pensem bem no impacto que vai ter na sociedade e na própria economia — disse Paim.

Exército revela que trabalha com 1/3 do orçamento

A previsão é de R\$ 767 milhões, em vez dos R\$ 2 bilhões necessários, prejudicando novos projetos, disse o comandante da Força, para quem a Amazônia precisa de mais desenvolvimento para se salvar

A RESTRIÇÃO ORÇAMEN-TÁRIA tem afetado o desenvolvimento de novos projetos do Exército, informou o comandante da Força, general Eduardo Villas Bôas, que participou ontem de audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Segundo ele, o Exército necessita de R\$ 2 bilhões anuais, porém os repasses previstos em 2017 são de R\$ 767 milhões. Nesse cenário, explicou, o custeio não é comprometido, mas os novos projetos são.

Villas Bôas disse que a situação é preocupante e que as verbas à disposição, após um contingenciamento superior a 40%, criam incertezas para acertar as contas a partir de setembro.

— No que se refere a esta questão momentânea, o governo está atento e creio que os problemas imediatos serão resolvidos. Mas na área da Defesa, mais importante até que o valor anual das dotações, é o orçamento ao menos ser previsível. Não é possível definir um valor na peça orçamentária, a gente se estrutura e depois já vem uma interrupção — disse, explicitando que esse tipo de prática traz “prejuízos terríveis” ao Exército e “uma situação calamitosa” para as empresas com as quais a Força tem contratos.

O general ressaltou que é importante investir no setor de Defesa pelos impactos

estruturais que provoca no desenvolvimento científico, econômico e na geração de empregos. Hoje, disse, qualquer país que descuide do poder de dissuasão comete um erro, citando a recomendação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) para que os países-membros aumentem as dotações de 1,5% para 2% do produto interno bruto (PIB) na área.

— Temos capacidade dissuasória assegurada em relação a nosso hemisfério, mas não temos em relação às grandes potências e outros países. Daí a importância de projetos como o submarino nuclear, os novos caças, aeronaves KC e outros projetos — reiterou.

Retorno e fronteiras

Citando estudos da Universidade de São Paulo (USP) e da Embraer, o militar demonstrou que cada R\$ 1 investido em Defesa multiplica-se em R\$ 10 no PIB. Lembrou ainda que a atuação do Exército brasileiro hoje é condizente com o que se espera de uma prestação de serviços moderna, indo além do combate ao inimigo. Ele citou a distribuição de água para cerca de 4 milhões de pessoas no Nordeste, missão cumprida desde 2003.

No portfólio de programas estratégicos, Villas Bôas disse que o mais relevante para o país é o Sistema Integrado de Monitoramento das Fronteiras (Sisfron). Para ele, o Brasil é



Comissão de Relações Exteriores, presidida por Collor (D), ouve Villas Bôas (2º à dir.) explicar efeitos da falta de verbas

passivo diante do descalabro provocado pelos altíssimos índices de violência urbana, fruto em grande parte do descontrole do que se passa nas fronteiras, vizinhas de regiões onde imperam cartéis ligados a tráfico de armas e drogas.

— A qualidade de vida do brasileiro e sua liberdade são fortemente afetadas por esse descontrole — disse o general, para quem a solução passará necessariamente pelo uso intensivo de alta tecnologia no monitoramento dos mais de 17 mil quilômetros de fronteiras.

O senador Jorge Viana (PT-AC) disse que a CRE tem de priorizar o Exército e as demais Forças nas emendas ao Orçamento. Lindbergh Farias (PT-RJ) também se mostrou preocupado com a situação e defendeu revisão nas regras do teto de gastos públicos, entre outras razões, pela “corrosão” que causará nos investimentos em defesa nacional a médio e longo prazo.

País precisa de projeto para aproveitar recursos da Amazônia, diz comandante

O Brasil é uma nação sem consciência da sua própria grandeza e das riquezas presentes em seu território, disse o general Eduardo Villas Bôas na audiência. Ele revelou que projeções do Exército calculam em cerca de US\$ 23 trilhões o potencial em recursos naturais existente apenas na região amazônica. Apesar disso, não há projeto específico de aproveitamento dessas riquezas, assim como falta um projeto nacional, no entender de Villas Bôas. Ele concordou com a afirmação de Roberto Requião (PMDB-PR), para quem “o Brasil é grande demais pra abrir mão de um projeto nacional”.

— O Brasil é um superdotado num corpo de adolescente. A Amazônia continua praticamente abandonada, falta um projeto e densidade de pensamento — afirmou o comandante do Exército.

Villas Bôas reiterou declarações dadas à imprensa de que “o Brasil está à deriva, sem rumo”, como consequência de um acúmulo de crises que iria além da economia. Ele fez questão de dizer que o diagnóstico não se aplica à atual gestão federal, pois o processo “vem há muito tempo”.

As afirmações do general em relação à região amazônica e à crise de projetos foram apoiadas por senadores como Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Lindbergh Farias. Para Cristovam, até hoje setores da sociedade brasileira continuam presos a mecanismos ideológicos da Guerra Fria, “um anacronismo”.

Venda de terras

Lindbergh questionou o general sobre projetos anunciados pelo governo, como uma ampla liberação para a exploração estrangeira em relação a minérios, e sobre a venda de terras para estrangeiros. Villas Bôas disse ser

contrário à venda de terras na fronteira e que se absteria de comentar em relação a outras partes do território.

O comandante também ressaltou que vê com “preocupação” uma maior abertura para a exploração das riquezas minerais por empresas de fora. Ele mencionou que o Exército tem levantamentos sobre a “estranha coincidência” do adensamento de unidades de conservação em terras indígenas com presença de riquezas minerais.

Villas Bôas ressaltou que a bolsa de futuros relacionada à exploração mineral é sediada no Canadá, de onde vem grande parte da pressão internacional pela instalação de unidades de conservação.

— Eles trabalham no sentido de neutralizar áreas, já que não têm capacidade de explorar imediatamente, e ficam esperando momentos oportunos.

Desenvolvimento

Ainda em relação à Amazônia, para o general o país continua vítima de uma visão que contrapõe o desenvolvimento à preservação ambiental.

— Morei lá por oito anos e penso justamente o oposto. O que vai salvar a região amazônica, inclusive a natureza, é o desenvolvimento. É a implantação de polos intensivos para empregar aquela grande mão de obra, impedindo que ela vá viver do desmatamento extensivo — defendeu.

Ele acrescentou que percebe as populações indígenas como as principais vítimas do atual modelo aplicado à região, pois seriam usadas por interesses ligados ao ambientalismo na definição de unidades de conservação e depois “abandonadas à própria sorte”. Concluiu dizendo que a crise na Amazônia é reflexo da falta de um projeto como um todo para o país e sua “vulnerabilidade” a ações externas.

Intervenção militar para acabar com crise recebe críticas

As teses que defendem a intervenção militar como uma forma de superar a crise política não possuem respaldo algum dentro das Forças Armadas, segundo o comandante do Exército.

O general admitiu que a tese é apoiada por setores da sociedade, mas afirmou que o entendimento unânime no comando das Forças e entre as tropas é de respaldo incontestado à sua missão constitucional, vinculada umbilicalmente à defesa da legitimidade do regime democrático.

— Nenhuma possibilidade e isso me chateia, reflete um desconhecimento da nossa essência. Já passou da hora de exorcizar esse fantasma, é um gasto de energia com algo que não tem nenhuma pertinência — disse.

O militar chamou a atenção para o total “anacronismo” das intervenções militares, citando o exemplo fracassado ocorrido recentemente na

Turquia. Villas Bôas disse que a estabilidade da democracia é um “mantra” dentro de Forças Armadas profissionalizadas, como é o caso no Brasil.

A fala do general foi apoiada por Ana Amélia (PP-RS), Cristovam Buarque (PPS-DF), Lindbergh Farias, José Medeiros (PSD-MT), Jorge Viana e pelo presidente da CRE, Fernando Collor (PTC-AL). O militar foi aplaudido de pé ao final da audiência.

Depredações

O comandante deixou claro que a Força “não gosta” de ser utilizada em missões de garantia da lei e da ordem (GLO), como ocorreu em maio para coibir depredações na Esplanada dos Ministérios durante protestos. Ele citou que utilizações com base na GLO já ocorreram 115 vezes nos últimos 30 anos, sendo que apenas em São Paulo esse tipo de ação não foi solicitada nas últimas três décadas.

Ele acrescentou que o Exército atua na varredura de presídios e lembrou a presença da Força no Complexo da Maré (Rio de Janeiro), onde ficou por 14 meses.

— Foi lá que eu percebi que nos tornamos uma sociedade doente. Vi nossos soldados preocupados, apontando armas enquanto passavam crianças e mulheres. Assim que saímos, em uma semana o crime retornou com a mesma força — criticou o general, para quem esse tipo de uso precisa ser repensado por ser “desgastante, perigoso e inócuo”.

Acordos aprovados

Também foram aprovados pela CRE, na reunião de ontem, acordos com El Salvador (PDS 44/2017, de auxílio jurídico mútuo em matéria penal), Geórgia (PDS 21/2017, de cooperação técnica) e Luxemburgo (PDS 10/2017, de previdência social). Todos serão analisados no Plenário.